



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

102
P

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 201/2022, QUE ALTERA O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA (PPA-2022/2025), DO PROJETO DE LEI Nº 202/2022, QUE ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA (LDO/2023) E DO PROJETO DE LEI Nº 203/2022, QUE ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA (LOA/2023), REALIZADA AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2022, EM CONFORMIDADE COM O REQUERIMENTO Nº 726/2022.

Às quatorze horas e nove minutos do dia vinte e seis do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, no Plenário da Câmara Municipal de Piracicaba, instalada em prédio próprio à Rua Alferes José Caetano, 834, foi realizada a **Audiência Pública** de demonstração e avaliação do **Projeto de Lei nº 201/22**, que revisa parcialmente, acresce ações e substitui integralmente os Anexos I, II e III da Lei nº 9.571/2021 que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Piracicaba para o período de 2022 a 2025” (**PPA 2022/2025**), alterado pela Lei nº 9.653/2021, bem como, do **Projeto de Lei nº 202/22**, que revisa parcialmente e acresce ações nos Anexos II e V e substitui integralmente os Anexos II, III, IV e V da Lei nº 9.801/2022, que “dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Piracicaba para o exercício financeiro de 2023” (**LDO/2023**), como também, do **Projeto de Lei nº 203/22**, que orça a receita e fixa a despesa do Município de Piracicaba para o exercício financeiro de 2023 (**LOA/2023**), em conformidade com o Requerimento nº 726/22. O Chefe do Departamento de Comunicação Social, Rodrigo Alves da Silva, conduziu a abertura informando acerca dos assuntos a serem tratados e a dinâmica desta atividade legislativa que teve transmissão ao vivo pela TV Câmara Aberta Sinal Digital no Canal 60.4; pela TV Câmara no Canal 4 da Claro/Net e Canal 9 Vivo Fibra; pelo Facebook; pelo YouTube; e pelo endereço eletrônico camarapiracicaba.sp.gov.br, ficando registrada em Ata Eletrônica. A mesa dos trabalhos foi ocupada pelo vereador Gilmar Rotta, Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba; pelo vereador André Gustavo Bandeira, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; pelo vereador Acácio Geraldo de Souza Godoy, Relator da Comissão de Finanças e Orçamento; pelo representante do Procurador Geral do Município, assessor Luiz Roberto Lordello Beltrame; pelo Secretário de Finanças, Artur Costa Santos; pela Diretora do Departamento de Administração Financeira, Telma Trimer de Oliveira Pereira; e pelo servidor da Secretaria de Finanças, Yuri Katoo. Registraram presença, como membros do Poder Legislativo, os vereadores Ana Lúcia Batista Pavão, Gustavo Pompeo, José Everaldo Borges, Sílvia Maria Morales e Thiago Augusto Ribeiro. Constatou-se, ainda, por parte do Poder Legislativo, a presença dos servidores Luana Rubia D.G. Pessoa, Chefe do Setor de Finanças do Departamento Financeiro, e Ricardo Buso, Economista e Assessor Especial do Gabinete da Presidência. Registraram presença, ainda, como autoridades do Poder Executivo, o Secretário de Educação, Bruno César Roza; o Secretário de Saúde, Filemon de Lima Silvano; os servidores Marcel Gustavo Zotelli e Reinaldo Rabelo Filho, representando o Secretário de Defesa do Meio Ambiente; o Secretário de Obras, Paulo Sérgio Ferreira da Silva; o Secretário de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, também titular interinamente da pasta da Ação Cultural, Hermes Ferreira Balbino; a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Euclídia Maria Bombo Lacerda Fioravante; a Secretária de

A

+ P



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

2

Agricultura e Abastecimento, Nancy Aparecida Ferruzzi Thame; a Secretária de Trânsito e Transporte, Jane Franco Oliveira; o servidor Eugênio Contador Salch Stipp, representando o Secretário de Administração; o Secretário de Governo, Carlos Alberto Lordello Beltrame, o Diretor-presidente do IPPLAP, José Luiz Guidotti Júnior; o Presidente do SEMAE, Maurício André Marques de Oliveira; o Diretor-presidente da EMDHAP, Sérgio Maluf Chaim; o Diretor Executivo da FUMEP, Renato de Albuquerque Ferreira; e o Presidente do IPASP, Antonio Carlos Gonçalves Alves. Representando a sociedade civil e outros segmentos, acompanharam esta atividade legislativa a senhora Aline Gallo e o senhor João Scarpa, representantes do Mandato Coletivo, o Primeiro Tenente da Polícia Militar, Erick Dias Fernandes, representando o Capitão da Polícia Militar Fábio Henrique Giovani, Comandante do Primeiro Subgrupamento do Corpo de Bombeiros, e demais autoridades e cidadãos que constam da lista de presença que fica fazendo parte integrante desta ata. Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o vereador André Gustavo Bandeira, fez uma saudação aos presentes, anunciou o tema desta audiência pública, disse sobre as convocações, convites e publicações oficiais feitas para comunicar a população sobre a discussão das peças orçamentárias, destacou, ainda, que a Lei Orçamentária Anual (LOA/2023) prevê a arrecadação de R\$ 2,6 bilhões, sendo fundamental a participação da sociedade, seja presencialmente ou através dos mecanismos tecnológicos disponibilizados pela Câmara de Vereadores para recebimento de mensagens do público externo. Em suas considerações iniciais, o assessor Luiz Roberto Lordello Beltrame, neste ato representando o Procurador Geral do Município, cumprimentou os presentes em nome do Prefeito Municipal de Piracicaba, senhor Luciano Santos Tavares de Almeida, desejando um profícuo trabalho nesta atividade legislativa. Na sequência, o Secretário de Finanças, Artur Costa Santos, após uma breve saudação aos presentes, deu início à apresentação do **Projeto de Lei nº 201/22**, que revisa parcialmente, acresce ações e substitui integralmente os Anexos I, II e III da Lei nº 9.571/2021 que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Piracicaba para o período de 2022 a 2025” (**PPA 2022/2025**), alterado pela Lei nº 9.653/2021, seguida da exibição do **Projeto de Lei nº 202/22**, que revisa parcialmente e acresce ações nos Anexos II e V e substitui integralmente os Anexos II, III, IV e V da Lei nº 9.801/2022, que “dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Piracicaba” para o exercício de 2023” (**LDO/2023**), que nas palavras do titular das pasta das Finanças necessitaram de acertos devido a evolução das receitas arrecadadas em face ao que havia sido previsto, passando a fazer a seguinte exposição: **Item 1)** Tema da audiência pública; **Item 2)** Pauta dos trabalhos: fundamento legal, considerações iniciais, compatibilidade, parâmetros econômicos e as receitas e despesas; **Item 3)** Fundamento legal: Constituição Federal, cuja leitura dos incisos I e II, art. 165, indica que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias, enquanto o parágrafo único, do art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, consagra que a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, ao passo que, na Lei Orgânica do Município de Piracicaba, em seu art. 147, estabelece que os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e os Créditos Adicionais serão apreciados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e pela Comissão de Finanças e Orçamento; **Item 4)** Considerações iniciais para aclarar que a revisão do PPA/2022-2025 e LDO/2023 é necessária em função:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

3

1) das alterações nos parâmetros econômicos utilizados pelo Poder Executivo na elaboração das peças, uma vez que os índices da Inflação e do PIB incidem sobre as receitas previstas e influenciam diretamente nas despesas que serão executadas na LOA, 2) da criação de ações e 3) da compatibilidade entre todas as peças orçamentárias; **Item 5)** Compatibilidade entre a LDO e LOA no que diz respeito às metas de receitas e despesas constantes no PPA 2022/2025, mantendo a simetria nos exercícios financeiros de 2022, 2023, 2024 e 2025, cujo quadriênio abarca o segundo ano da gestão do atual prefeito e o primeiro ano do mandato do próximo prefeito; **Itens 6, 7 e 8)** Apresentação de gráficos exemplificativos, tomando como modelo uma unidade orçamentária da Secretaria Municipal da Ação Cultural, referente ao Programa "Preservação do Patrimônio Histórico", com meta financeira para o ano de 2023 no valor total de R\$ 3.840.000,00, a fim de ilustrar a compatibilidade entre as peças orçamentárias; **Item 9)** Parâmetros e índices econômicos; **Item 10)** Indicadores econômicos, em que a estimativa inicial do índice anual de Inflação (IPCA) em 2022 era de 4,03%, passando para 7,13%; em 2023 era de 3,25% e foi atualizada para 5,33%; em 2024 era de 3,03% e foi elevada para 3,30%; em 2025 é de 3,00% e foi mantida no mesmo patamar de 3,00%, tendo como fonte o Sistema de Expectativas do Banco Central; **Item 11)** Indicadores econômicos, em que a estimativa inicial do índice anual de crescimento do PIB em 2022 era de 1,72%, passando para 1,97%; em 2023 era de 2,30% e foi diminuída para 0,40%; em 2024 era de 2,50% e foi regredida para 1,70%; em 2025 era de 2,45% e foi atualizada para 2,00%, tendo como fonte o Sistema de Expectativas do Banco Central; **Item 12)** Indicadores econômicos, em que a estimativa inicial do índice anual de variação da Taxa SELIC em 2022 era de 8,00%, passando para 13,75%; em 2023 era de 8,00% e foi aumentada para 11,00%; em 2024 era de 6,50% e foi elevada para 11,00%; em 2025 era de 6,50% e foi atualizada para 7,50%, tendo como fonte o Sistema de Expectativas do Banco Central; **Itens 13 e 14)** Crescimento da base de cálculo das receitas correntes do Tesouro, tomando como referência a estimativa da arrecadação da Prefeitura no ano de 2022 para projetar os valores de receitas para o ano de 2023, a saber:

Categoria	Receita Inicial 2022	Receita Estimada 2022	Diferença
11 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES MELHORIA	613.498.000,00	678.596.665,95	65.098.665,95
13 - RECEITA PATRIMONIAL	1.945.000,00	29.726.292,94	27.781.292,94
16 - RECEITA DE SERVIÇOS	106.000,00	106.000,00	00,00
17 - TRANSF. CORRENTES	627.025.800,00	738.702.109,93	111.676.309,93
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.316.200,00	25.578.002,30	21.261.802,30
TOTAL (Diferença de 18,11%)	1.246.891.000,00	1.472.709.071,13	225.818.071,13

Item 15) Crescimento da base de cálculo das receitas correntes do Tesouro no ano de 2022, em que se constatou a disparidade entre as receitas projetadas inicialmente (10/09/2021) e a nova estimativa, que se deve a quatro fatores: 1) diferença entre a inflação projetada pelo BACEN e a inflação real, causado pela aceleração da inflação no 2º semestre de 2021 e no 1º semestre de 2022, 2) aumento no repasse federal do FPM acima do esperado, 3) crescimento real da economia de Piracicaba acima do crescimento do PIB brasileiro, e 4) acúmulo de caixa da Prefeitura que proporciona rendimentos em juros acima do esperado; **Itens 16 e 17);** Alterações na **RECEITA** prevista para o PPA 2022/2025 e na LDO, a saber:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

4

EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISTA NO PPA 2022/2025 (VIGENTE)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023 INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
1,704 bilhão	1,929 bilhão	1,754 bilhão	1,829 bilhão	1,911 bilhão
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E LEGISLATIVO				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023 INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
375,6 milhões	375,6 milhões	395,3 milhões	416,1 milhões	438,0 milhões
TOTAL GERAL				
2,079 bilhões	2,305 bilhões	2,149 bilhões	2,246 bilhões	2,349 bilhões

EVOLUÇÃO DA RECEITA PREVISTA NA LDO E NO PPA 2022/2025 (ALTERAÇÃO)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023** INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
1,704 bilhão	1,929 bilhão	2,138 bilhões	2,217 bilhões	2,317 bilhões
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E LEGISLATIVO				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023** INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
375,6 milhões	375,6 milhões	486,1 milhões	458,2 milhões	491,1 milhões
TOTAL GERAL				
2,079 bilhões	2,305 bilhões	2,624 bilhões	2,675 bilhões	2,808 bilhões

VARIAÇÃO TOTAL DO PERÍODO EM VALORES (R\$)

2022	2022*	2023**	2024	2025
-	225,8 milhões	319,3 milhões	50,9 milhões	132,7 milhões
VARIAÇÃO DAS RECEITAS DO PERÍODO EM PERCENTUAL (%)				
2022	2022	2023	2024	2025
-	10,86%	13,85%	1,94%	4,96%

* Dados de agosto/2022 / ** Estimado para 2023 R\$ 78,5 milhões em Operações de Crédito

Item 18) Variação da RECEITA, por órgãos, para o exercício financeiro de 2023, a saber:

ÓRGÃOS	PPA/LDO/INICIAL RECEITA PREVISTA (R\$ Vigente)	PPA/LDO (PROPOSTA) RECEITA PREVISTA (R\$ Alteração)	DIFERENÇA R\$ (Valores)
Administração Direta	1.754.200.000,00	2.138.685.000,00	384.485.000,00
Prefeitura Municipal	1.754.200.000,00	2.138.685.000,00	384.485.000,00
Administração Indireta e Legislativo	395.324.000,00	486.165.000,00	90.841.000,00
CÂMARA MUNICIPAL	00,00	00,00	00,00
FUMEP	24.086.000,00	25.025.000,00	939.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

5

SEMAE	288.800.000,00	375.381.000,00	86.581.000,00
EMDHAP	4.079.000,00	4.280.000,00	201.000,00
IPASP	78.358.000,00	81.478.000,00	3.120.000,00
IPPLAP	1.000,00	1.000,00	00,00
TOTAL GERAL	2.149.524.000,00	2.624.850.000,00	475.326.000,00

Itens 19 e 20) Alterações na **DESPESA** prevista para o PPA 2022/2025 e na LDO, com os seguintes resultados:

EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISTA NO PPA 2022/2025 (VIGENTE)				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023 INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
1,523 bilhão	1,726 bilhão	1,564 bilhão	1,630 bilhão	1,701 bilhão
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E LEGISLATIVO				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023 INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
555,9 milhões	572,8 milhões	585,0 milhões	615,9 milhões	648,4 milhões
TOTAL GERAL				
2,079 bilhões	2,299 bilhões	2,149 bilhões	2,246 bilhões	2,349 bilhões

EVOLUÇÃO DA DESPESA PREVISTA NA LDO E NO PPA 2022/2025 (ALTERAÇÃO)				
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023** INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
1,523 bilhão	1,726 bilhão	1,931 bilhão	1,994 bilhão	2,077 bilhões
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E LEGISLATIVO				
2022 INICIAL	2022 PREVISTO*	2023** INICIAL	2024 INICIAL	2025 INICIAL
555,9 milhões	572,8 milhões	692,8 milhões	681,5 milhões	731,1 milhões
TOTAL GERAL				
2,079 bilhões	2,299 bilhões	2,624 bilhões	2,675 bilhões	2,808 bilhões

VARIAÇÃO TOTAL GERAL DO PERÍODO EM VALORES (R\$)				
2022*	2022**	2023	2024	2025
-	219,9 milhões	325,1 milhões	50,9 milhões	132,7 milhões
VARIAÇÃO DAS DESPESAS DO PERÍODO EM PERCENTUAL				
2022	2022	2023	2024	2025
-	10,58%	14,14%	1,94%	4,96%

* Dados de agosto/2022 / ** Estimado para 2023 R\$ 78,5 milhões em Operações de Crédito

Item 21) Variação da **DESPESA**, por órgãos, para o exercício financeiro de 2023, com os seguintes desdobramentos:

(Handwritten signatures and marks)



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

6

ÓRGÃOS	PPA/LDO VALOR VIGENTE (R\$) 2023	PPA/LDO VALOR PROPOSTO (R\$) 2023	DIFERENÇA R\$ (Valores)
CÂMARA MUNICIPAL	44.800.000,00	54.300.000,00	9.500.000,00
FUMEP	24.086.000,00	25.025.000,00	939.000,00
SEMAE	288.800.000,00	357.877.000,00	69.077.000,00
EMDHAP	10.097.000,00	10.614.000,00	517.000,00
IPASP	215.269.000,00	243.100.000,00	27.831.000,00
IPPLAP	1.966.000,00	1.966.000,00	00,00
TOTAL GERAL	585.018.000,00	692.882.000,00	107.864.000,00

Item 22) Comparação da **DESPESA** da Prefeitura, por secretarias, programadas para o exercício financeiro de 2023, a seguir relacionadas:

ÓRGÃOS	PPA/LDO VALOR/VIGENTE 2023	PPA/LDO VALOR/PROPOSTO 2023	R\$/DIFERENÇA	%
Governo	12.708.000,00	26.370.000,00	13.662.000,00	107%
Procuradoria Geral	39.383.000,00	47.430.000,00	8.047.000,00	20%
Administração	40.668.000,00	47.743.000,00	7.075.000,00	17%
Finanças	88.633.000,00	118.492.000,00	29.859.000,00	33%
Educação	449.856.000,00	537.843.000,00	87.987.000,00	19%
Obras	58.465.000,00	112.488.000,00	54.023.000,00	92%
Assistência Social	53.454.000,00	60.087.000,00	6.633.000,00	12%
Agricultura	14.142.000,00	18.778.000,00	4.636.000,00	32%
Meio Ambiente	157.603.000,00	210.119.000,00	52.516.000,00	33%
Ação Cultural	19.994.000,00	25.665.000,00	5.671.000,00	28%
Saúde	481.568.000,00	562.336.000,00	80.768.000,00	16%
Transportes Internos	12.331.000,00	14.555.000,00	2.224.000,00	18%
Guarda Civil	46.193.000,00	51.173.000,00	4.980.000,00	10%
Trânsito/Transportes	65.875.000,00	71.962.000,00	6.087.000,00	9%
Esporte e Lazer	16.234.000,00	17.387.000,00	1.153.000,00	7%
Des. Econômico	7.399.000,00	9.540.000,00	2.141.000,00	28%
TOTAL (PMP)	1.564.506.000,00	1.931.968.000,00	367.462.000,00	23%



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

7

Item 23) Novas ações incluídas nas alterações do PPA e LDO propostas, a seguir elencadas:

AÇÃO 0587: PAGAMENTO DA DÍVIDA CONTRATADA INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
SEMAE	6.001.000,00	10.000.000,00	15.120.000,00

AÇÃO 1586: INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO (FINISA)			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
SEMAE	23.462.000,00	2.000,00	2.000,00

AÇÃO 2578: TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - FUNDO DE REPASSE			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
IPASP	3.189.000,00	3.365.000,00	3.546.500,00

AÇÃO 2579: TAXA DE ADMINISTRAÇÃO – FUNDO DE RESERVA			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
IPASP	3.189.000,00	3.365.000,00	3.546.500,00

AÇÃO 2580: PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - EDUCAÇÃO INFANTIL			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
EDUCAÇÃO	10.000,00	15.000,00	20.000,00

AÇÃO 2581: PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - ENSINO FUNDAMENTAL			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
EDUCAÇÃO	10.000,00	15.000,00	20.000,00

AÇÃO 2582: AÇÕES DE ZELADORIA DO MUNICÍPIO			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
SEMOB	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00

AÇÃO 2583: CADASTRO ÚNICO/PROGRAMAS DE TRANSF. RENDA/RECURSOS ESTADUAIS			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
SMADS	106.000,00	112.000,00	118.000,00

AÇÃO 2584: BOLSA ESPORTIVA / RECURSOS FUNDO			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
SELAM	10.000,00	10.000,00	10.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

8

AÇÃO 2585: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
FUMEP	367.000,00	-	-

AÇÃO 2588: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CORREGEDORIA			
ÓRGÃO	2023	2024	2025
PROCURADORIA	500.000,00	500.000,00	500.000,00

Item 24) Considerações finais no sentido de que as alterações propostas ao PPA 2022-2025 e à LDO/2023 mostram uma receita condizente com a conjuntura econômica momentânea, possibilitando a execução das despesas detalhadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2023, com lastro orçamentário suficiente para as aplicações obrigatórias em saúde, educação, entre outras. Encerrando a primeira parte da exposição, o Secretário de Finanças, Artur Costa Santos, colocou-se à disposição para as eventuais dúvidas. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador André Gustavo Bandeira, agradeceu os representantes do Poder Executivo na primeira parte de exposição nesta audiência pública e, em ato contínuo, cedeu novamente a palavra ao Secretário de Finanças, Artur Costa Santos, que iniciou a apresentação do **Projeto de Lei nº 203/22**, que orça a receita e fixa a despesa do Município de Piracicaba para o exercício financeiro de 2023 (**LOA/2023**), expondo as informações, indicadores, gráficos e resultados projetados, a saber: **Item 1)** Tema da audiência pública: Lei Orçamentária Anual – 2023; **Item 2)** Pauta dos trabalhos: fundamento legal, introdução à LOA/2023, compatibilidade com o PPA, parâmetros econômicos, orçamento geral – receitas e despesas e as considerações finais; **Item 3)** Fundamento legal: Constituição Federal, cuja leitura do inciso III, do art. 165, indica que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão os orçamentos anuais, ao passo que o parágrafo único, do art. 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, consagra que a transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, enquanto que a Lei Orgânica do Município de Piracicaba, em seu art. 147, estabelece que os projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual e os Créditos Adicionais serão apreciados pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação e pela Comissão de Finanças e Orçamento (...); **Item 4)** Introdução à Lei Orçamentária Anual, também chamada de LOA, como sendo uma lei que prevê receitas e fixa despesas públicas, para o período de um exercício financeiro, respeitando o princípio do equilíbrio fiscal; **Item 5)** Compatibilidade entre a LOA/2023 e o PPA 2022/2025, incorporando: a) o orçamento fiscal (Câmara, Secretarias Municipais, Procuradoria Geral, Autarquias e Fundos); b) o orçamento da seguridade social (IPASP – RPP); c) o orçamento de investimentos correspondente à Empresa Pública (EMDHAP); **Item 6)** Parâmetros e Índices Econômicos; **Item 7)** Parâmetros: arrecadação estimada para o ano de 2022 como base de cálculo, Inflação (IPCA), Crescimento do PIB e Variação da Taxa SELIC; **Item 8)** Indicadores do Banco Central em 3 de agosto de 2022, assim especificados:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

9

INDICADORES ECONÔMICOS PARA O ANO DE 2023	
Estimativa da Inflação Anual – (IPCA/IBGE)	5,33%
Estimativa do Crescimento do PIB	0,40%
Estimativa da Taxa SELIC	11,00%

Item 9) Orçamento geral: exercício financeiro de 2023; **Item 10)** total da receita e despesa na LOA/2023, a saber:

Receita Direta	R\$ 2,138 bilhões	Despesa Direta	R\$ 1,932 bilhão
Receita Indireta	R\$ 486 milhões	Despesa Indireta	R\$ 692 milhões
ORÇAMENTO TOTAL		2,624 BILHÕES	

Item 11) Demonstrativo de receitas e despesas da LOA/2023, com a diferença entre ambas, por seus órgãos, com a seguinte configuração:

Órgão	LOA 2023		Diferença
	Receitas (a)	Despesas (b)	(a) – (b)
Administração Direta	2.138.685.000,00	1.931.968.000,00	206.717.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	2.138.685.000,00	1.931.968.000,00	206.717.000,00
PODER LEGISLATIVO E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Órgãos	Receitas (a)	Despesas (b)	Diferença (a) – (b)
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	54.300.000,00	- 54.300.000,00
Administração Indireta	486.165.000,00	692.882.000,00	- 206.717.000,00
FUMEP	25.025.000,00	25.025.000,00	0,00
SEMAE	375.381.000,00	357.877.000,00	17.504.000,00
EMDHAP	4.280.000,00	10.614.000,00	- 6.334.000,00
IPASP	81.478.000,00	243.100.000,00	- 161.622.000,00
IPPLAP	1.000,00	1.966.000,00	- 1.965.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO	2.624.850.000,00	2.624.850.000,00	0,00

Item 12) Receitas e despesas, por categoria, na LOA/2023, a saber:

RECEITAS	LOA/2023: VALORES EM R\$
Receitas Correntes	2.676.847.000,00
Receitas de Capital	91.673.000,00
Receitas Correntes Intraorçamentárias	51.498.000,00
Deduções da Receitas Correntes	- 195.168.000,00
TOTAL	2.624.850.000,00
DESPESAS	LOA/2023: VALORES EM R\$
Despesas Correntes	2.397.024.800,00
Despesas de Capital	193.599.200,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

10

Reserva do RPPS (IPASP)	28.681.000,00
Reserva de Contingência	5.545.000,00
TOTAL	2.624.850.000,00

Item 13) Aportes financeiros previstos na LOA/2023, por órgãos, a saber:

Transferências do Tesouro ao Legislativo e à Adm. Indireta	Repasses em R\$
Câmara Municipal	R\$ 54.300.000,00
Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE	R\$ 2.000.000,00
Empresa Municipal de Desenvolvimento Habitacional - EMDHAP	R\$ 6.334.000,00
Instituto de Previdência dos Funcionários Municipais - IPASP	R\$ 142.118.000,00
Instituto de Pesquisas e Planejamento - IPPLAP	R\$ 1.965.000,00
TOTAL	R\$ 206.717.000,00
Transferências ao IPASP	Repasses em R\$
Câmara Municipal	R\$ 1.130.000,00
Prefeitura Municipal de Piracicaba	R\$ 140.988.000,00
Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE	R\$ 19.504.000,00
TOTAL	R\$ 161.622.000,00

Itens 14 e 15) Variação da receita entre os exercícios financeiros de 2022 e 2023, a saber:

NATUREZA DA RECEITA	2022	2023	VAR. %
Receitas Correntes	2.009.242.000,00	2.481.679.000,00	23,51%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	620.365.000,00	732.920.000,00	18,14%
Receitas de Contribuições	23.735.000,00	22.560.000,00	-4,95%
Receitas Patrimoniais	8.197.000,00	33.028.000,00	302,93%
Receitas de Serviços	290.689.000,00	344.578.500,00	18,54%
Transferências de Recursos	1.028.907.800,00	1.282.904.000,00	24,69%
Transferências Correntes	37.348.200,00	65.688.500,00	75,88%
Outras Receitas Correntes	42.452.000,00		2,04%
Receitas de Capital	22.952.000,00	91.673.000,00	299,41%
Receitas de Operações de Crédito	13.501.000,00	78.502.000,00	481,45%
Receitas de Alienação de Bens	1.000,00	2.401.000,00	240000,00%
Transferência de Capital	9.445.000,00	10.763.000,00	13,95%
Outras Receitas de Capital	5.000,00	7.000,00	40,00%
Receitas Intraorçamentárias	47.470.000,00	51.498.000,00	8,49%
Receitas Contribuições Intraorçamentárias	47.470.000,00	45.120.000,00	-4,95%
Receitas Serviços Intraorçamentários	0,00	6.378.000,00	0,00%
TOTAL GERAL	2.079.664.000,00	2.624.850.000,00	26,22%



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

11

Item 16) Variação da despesa entre os exercícios financeiros de 2022 e 2023, a saber:

NATUREZA DA DESPESA	2022	2023	VAR. %
Despesas Correntes	1.951.686.602,75	2.397.024.800,00	22,82%
Despesas com Pessoal	942.978.852,85	1.113.857.100,00	18,12%
Despesas com Juros	9.790.000,00	20.960.000,00	114,10%
Outras Despesas Correntes (Custeio)	998.917.749,90	1.262.207.700,00	26,36%
Despesas de Capital	91.969.397,25	193.599.200,00	110,50%
Investimentos	73.110.297,25	173.278.100,00	137,01%
Amortizações	18.859.100,00	20.321.100,00	7,75%
Reservas	36.008.000,00	34.226.000,00	-4,95%
Reservas do Regime Próprio de Previdência	30.951.000,00	28.681.000,00	-7,33%
Reservas de Contingência	5.057.000,00	5.545.000,00	9,65%
TOTAL GERAL	2.079.664.000,00	2.624.850.000,00	26,22%

Item 17) Variação da despesa entre os exercícios financeiros de 2022 e 2023, detalhada por órgãos, saber:

ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO	LOA/2022	LOA/2023	Peso (%)	VAR. %
Câmara Municipal de Piracicaba	43.400.000,00	54.300.000,00	2,07%	25,12%
Sec. Governo	13.284.000,00	26.370.000,00	1,00%	98,51%
Procuradoria Geral	40.759.000,00	47.430.000,00	1,81%	16,37%
Sec. Administração	37.502.000,00	47.743.000,00	1,82%	27,31%
Sec. Finanças	93.008.000,00	118.492.000,00	4,51%	27,40%
Sec. Educação	432.579.000,00	537.843.000,00	20,49%	24,33%
Sec. Obras	64.443.000,00	112.488.000,00	4,29%	74,55%
Sec. Ass. e Desenvolvimento Social	51.453.000,00	60.087.000,00	2,29%	16,78%
Sec. Agricultura e Abastecimento	13.721.000,00	18.778.000,00	0,72%	36,86%
Sec. Defesa do Meio Ambiente	159.086.000,00	210.119.000,00	8,00%	32,08%
Sec. Ação Cultural	19.275.000,00	25.665.000,00	0,98%	33,15%
Sec. Saúde	457.758.000,00	562.336.000,00	21,42%	22,85%
Sec. Transportes Internos	11.928.000,00	14.555.000,00	0,55%	22,02%
Guarda Civil	43.446.000,00	51.173.000,00	1,95%	17,79%
Sec. Trânsito e Transporte	63.172.000,00	71.962.000,00	2,74%	13,91%



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

12

Sec. Esportes, Lazer e Ativ. Motoras	15.297.000,00	17.387.000,00	0,66%	13,66%
Sec. Des. Econômico, Trab. e Turismo	6.990.000,00	9.540.000,00	0,36%	36,48%
FUMEP	20.651.000,00	25.025.000,00	0,95%	21,18%
SEMAE	273.700.000,00	357.877.000,00	13,63%	30,76%
EMDHAP	9.617.000,00	10.614.000,00	0,40%	10,37%
IPASP	206.745.000,00	243.100.000,00	9,26%	17,58%
IPPLAP	1.850.000,00	1.966.000,00	0,07%	6,27%
TOTAL	2.079.664.000,00	2.624.850.000,00	100,00%	26,22%

Item 18) Quadro relativo ao cumprimento da obrigação de aplicação constitucional na área de **SAÚDE**, constante da LOA/2023, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA
IPTU	218.151.000,00
ITBI	58.631.000,00
IR	74.987.000,00
ISSQN	295.178.000,00
FPM	121.523.000,00
ITR	5.057.000,00
ICMS	700.380.000,00
IPVA	145.135.000,00
IPI	3.759.000,00
TOTAL	1.622.801.000,00

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA
Administração Geral	103.915.000,00
Atenção Básica	105.903.000,00
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	170.007.000,00
Suporte Profilático e Terapêutico	1.052.000,00
Vigilância Sanitária	18.544.000,00
Vigilância Epidemiológica	535.000,00
TOTAL DOS GASTOS COM SAÚDE	399.956.000,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO NA SAÚDE: 24,64%



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

13

Item 19) Quadro de valores relativo ao cumprimento da obrigação de aplicação constitucional na área de **EDUCAÇÃO**, constante da LOA/2023, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA
IPTU	218.151.000,00
ITBI	58.631.000,00
IR	74.987.000,00
ISSQN	295.178.000,00
FPM	121.523.000,00
FPM – Cota extraordinária	12.024.000,00
ITR	5.057.000,00
ICMS	700.380.000,00
IPVA	145.135.000,00
IPI	3.759.000,00
TOTAL	1.634.825.000,00

ESPECIFICAÇÃO	DESPESA
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.029.000,00
ENSINO FUNDAMENTAL	84.895.000,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	120.076.000,00
TOTAL DE RETENÇÕES AO FUNDEB	195.168.000,00
TOTAL DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO	409.168.000,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO/ENSINO: 25,03%

Item 20) Quadro de valores relativo ao cumprimento da obrigação de aplicação municipal na área da **CULTURA**, constante da LOA/2023, com a demonstração dos seguintes recursos, a saber:

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO
CÂMARA	54.300.000,00
PREFEITURA	1.931.968.000,00
TOTAL ADM. DIRETA E LEGISLATIVO	1.986.268.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

14

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA AÇÃO CULTURAL	25.164.000,00
FUNDO DE APOIO A CULTURA	501.000,00
TOTAL DE GASTOS COM CULTURA	25.665.000,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO NA CULTURA: 1,29%

Item 21) Cobertura financeira prevista do déficit do Regime Próprio de Previdência, que avançou de R\$ 129 milhões para R\$ 161 milhões, no biênio 2022/2023, a saber:

UNIDADE GESTORA	LOA/2023 (IPASP)		
	RECEITA (a)	DESPESA (b)	DIFERENÇA (a-b)
Fundo de Repasse	46.378.000,00	208.000.000,00	-161.662.000,00
Fundo de Reserva	35.100.000,00	35.100.000,00	00,00
TOTAL DO IPASP	81.478.000,00	243.100.000,00	-161.662.000,00

Item 22) Em suas considerações finais na segunda parte desta audiência pública, o Secretário de Finanças, Artur Costa Santos, destacou que os maiores desafios para o próximo exercício financeiro de 2023, são:

A VARIAÇÃO DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS

O CONTROLE DA DESPESA PÚBLICA

A CONCLUSÃO DAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS EXTERNOS

A REPOSIÇÃO DO QUADRO TÉCNICO DE PESSOAL

Item 23) Informação sobre a disponibilidade de todo o material apresentado nesta audiência pública, a ser localizado na Internet, no site da Prefeitura Municipal de Piracicaba. Na sequência dos trabalhos, a Diretora do Departamento de Administração Financeira, Telma Trimer de Oliveira Pereira, com a participação de outros membros do Poder Executivo, respondeu aos quesitos previamente elaborados pela Comissão de Finanças e Orçamento, conforme se segue:

QUESITOS SOBRE AS ALTERAÇÕES NO PPA - 2022/2025

1. Detalhar as **AÇÕES**:

a) **587** – Pagamento Dívida Contratada – Infraestrutura e Saneamento (Programa 0). A manutenção no PPA depende ainda de contratação? **Resposta do Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE**: Sim, depende de contratação. Também depende da aprovação do Projeto de Lei nº 187/2022, que autoriza o Município a celebrar com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo - operações de crédito até o montante de



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

15

R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sujeita à elaboração do projeto de recuperação da ETA Capim Fino. Trata-se de uma ação específica para pagamento de juros e encargos da recuperação da ETA Capim Fino e recuperação da rede.

b) **588** – Manutenção das Atividades de Corregedoria (R\$ 500.000,00/ano). Trata-se de nova Unidade Administrativa? Depende de alguma aprovação? **Resposta da Secretária de Finanças - SEMFI:** esta ação foi incluída inicialmente como despesa, nas peças orçamentárias, na Unidade Administrativa existente que é a Procuradoria Geral. Havendo a aprovação da Corregedoria como uma nova Secretaria, prevista no Projeto de Lei nº 200/22 (reforma administrativa nas secretarias municipais), essa ação será transferida.

c) **580** e **581** - Programa “Dinheiro Direto na Escola”, com Meta Física de 1 unidade atendida em cada ação e Meta Financeira de R\$ 45 mil em cada, ao longo de 3 anos. Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Educação - SME:** Trata-se de projeto piloto visando o repasse de recursos diretamente para as escolas municipais, através dos Conselhos de Escola, a exemplo de diversos municípios de nossa região, como Campinas (Conta Escola), Sorocaba (Fundo Rotativo), entre outros. O projeto visa dar mais autonomia para as escolas para executar serviços ou adquirir materiais específicos para as áreas administrativas, pedagógicas ou estrutural, diminuindo o tempo de execução/entrega, melhorando o desenvolvimento das atividades na unidade escolar. O **Secretário de Educação, Bruno César Roza**, complementou a resposta informando que essas ações dependem de projetos de lei a serem enviados à Câmara Municipal.

d) **584** – “Bolsa Esportista”, com Meta Física de apenas 1 aluno/ano, com R\$ 10 mil anuais alocados. Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Esportes e Atividades Motoras - SELAM:** As metas financeiras e físicas são meramente simbólicas para que, caso ocorra injeção de recursos no Fundo Municipal de Esportes, a estrutura orçamentária já estará prevista. A previsão com recursos do tesouro já consta na Ação 2177, com R\$ 240 mil para pagamento de bolsa.

e) **586** – Infraestrutura e Saneamento (FINISA), no Programa 24. Depende de contratação? **Resposta conjunta com o tópico “a”, também do SEMAE.** Sim, é uma ação específica para implantação do Projeto FINISA. Depende de contratação e da elaboração do projeto SEMAE – FINISA – Recuperação da ETA Capim Fino.

f) **585** – Oferecer Qualificação Profissional (Programa 29) tem Meta Física de 840 unidades atendidas em 2024 e 860 em 2025, mas com Meta Financeira “zero” para os dois períodos. Explanar. **Resposta da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba - FUMEP:** Por uma falha, deixou-se de preencher os valores das metas financeiras em 2024 e 2025. A falha, porém, não compromete o exercício de 2023, pois está nos exercícios financeiros posteriores. O Diretor Executivo da FUMEP, **Renato de Albuquerque Ferreira**, complementou a resposta informando que nesse ano foi acertada uma nova ação para ciência e tecnologia, porém, houve um erro de digitação para os anos de 2023 e 2024.

2) **Sobre a Ação 324** – Administração e Melhoria do Sistema de Limpeza Pública (Programa 28) tem meta física expressa em “porcentagem”. É possível desdobrá-la em:



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

16

“a)” varrição e “b)” coleta de resíduos? O objetivo é alinhar as unidades de medida às previsões da contraprestação do contrato, ficando quilômetros para varrição e toneladas para coleta. Esse tema foi abordado em reunião com representantes das Secretarias de Finanças e de Defesa do Meio Ambiente na ocasião da discussão do Projeto de Lei nº 194/22. **Resposta da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente - SEDEMA:** os servidores **Marcel Gustavo Zotelli** e **Reinaldo Rabelo Filho**, representando o titular da pasta, explicaram que essas metodologias de cálculo não podem ser alteradas para o exercício de 2023, mas existem estudos para serem feitas no ano de 2024.

3) A definição de parâmetros econômicos precisa se respaldar nas projeções da Pesquisa FOCUS / Banco Central para efeitos legais? Pode ser usada alguma publicação mais propícia às captações da conjuntura regional? **Resposta da Secretária de Finanças - SEMFI:** Estes parâmetros econômicos são recomendados pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (2022). O motivo de não se utilizar outro respaldo é que não há qualquer outro tipo de relatório regional ou nacional que faça estimativas detalhadas mensais da Inflação, Juros e Atividade Econômica para os próximos 4 anos.

4) Explanar sobre custeio e suas fontes para os próximos anos da importante ação de distribuição de uniformes escolares. **Resposta da Secretaria de Educação - SME:** Trata-se de política pública, tendo como fonte de custeio a Quota Salário Educação – QSE. Necessário destacar que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no exame das contas do ano de 2021, apontou a não distribuição de uniformes escolares para os alunos da rede municipal. O **Secretário de Educação, Bruno César Roza**, complementou a resposta afirmando que a Prefeitura Municipal de Piracicaba está negativa no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) do TCE/SP por não atender esse quesito, mas fará a aquisição dos uniformes escolares para o ano de 2023. Sobre esse tema, o vereador **André Bandeira** referiu-se ao anúncio da Prefeitura sobre o valor disponível de R\$ 50 milhões de reais para futura aquisição de uniformes, questionando, todavia, a preocupação da Comissão de Finanças e Orçamento de que o índice legal de 25% de investimentos no Ensino não seja atingido nesse ano de 2022 em razão do excesso de arrecadação. **André Bandeira** também questionou se, em não havendo mais crescimento econômico nos próximos anos, como ficaria a manutenção permanente desse programa para fornecimento de uniformes escolares. Em resposta, o titular da pasta da Educação, **Bruno César Rosa**, afirmou que foi feita a licitação para registro de preços para os anos de 2023 e 2024, sendo que, após esse período, será feito um novo registro de preços para aquisição de uniformes escolares, tomando-se por base os valores médios de hoje, com a possível queda nos valores. **Bruno Rosa** disse, ainda, que se trata de uma política pública voltada para se investir nos alunos e na qualidade da educação, citando, nesse contexto, os planos de investimentos na recuperação das unidades escolares e a implantação, no ano de 2026, do ensino integral nas escolas municipais, sendo que o saldo remanescente será usado em outras demandas, como construção de escolas planejadas nos moldes do Plano Municipal de Educação para viabilizar as adequações e melhorias na qualidade da Educação para os estudantes da cidade de Piracicaba.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

17

118
9

QUESITOS SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LDO/2023

1) A proposta do Executivo é manter ilimitada a proporção das contrapartidas do Município na adesão a programas e convênios com outras esferas? Na LDO vigente estão limitadas a 10%. Expor motivos para deixá-la de forma ilimitada. **Resposta da Procuradoria Geral:** A proposta se dá para melhor atendimento ao interesse público de nossa cidade, haja vista que, desde a implantação de sistemas eletrônicos de repasse mais ágeis pela União e pelo Estado, o corpo técnico não consegue precisar previamente o momento em que se dá a liberação dos recursos, fazendo com que as proposições para seu recebimento sejam enviadas muito antes ou muito depois do envio dos valores repassados. Quando enviadas com antecipação, por vezes, há que se propor modificações em leis já aprovadas, devido às atualizações de valores de mercado, modificação ou ampliação do objeto a ser executado ou perda de eficácia da autorização frente ao orçamento ou à própria CF/88 (§ 2º do art. 167). Quando enviadas depois do recebimento de tais recursos, o plano de trabalho não contempla prazos suficientes para aprovação dessas leis, o que faz com que se atrasem os cronogramas de execução e aplicação dos recursos. Com isso, a autorização geral concedida visa eliminar esse limitador, já concedendo a autorização legislativa para o recebimento do recurso, celebração dos instrumentos jurídicos devidos e abertura do crédito, porém, com responsabilidade fiscal e atendimento ao disposto no art. 16 da LRF, razão pela qual o Poder Executivo pede que se mantenha a autorização contida no art. 20 da Lei nº 9.801/2022. Salientamos que a autorização limitada a contrapartida de 10% colocada na LDO vigente se mostrou insuficiente, pois os repasses de obras realizadas ao longo deste ano de 2022 superaram esse limitador, com contrapartidas acima dos 10% do valor do repasse, ficando sem a possibilidade de utilizar tal autorização legislativa. A Diretora do Departamento de Administração Financeira, **Telma T.O. Pereira**, esclareceu que o limite tem variações no curso das licitações e que o preço só se concretiza ao final, por isso há necessidade desta flexibilização para agilizar o recebimento de valores de emendas parlamentares e de outros recursos financeiros.

2) Detalhar o valor de R\$ 13 milhões na Modernização do Cadastro Técnico (Programa 3 – Modernização da Gestão Pública). Na versão anterior da peça caiu para R\$ 100 mil diante da explicação de necessidade de obras a concluir. Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Finanças - SEMFI:** O orçamento de 2022 não foi gasto nessa finalidade e está sendo transportado para 2023 com acréscimo de projetos, destinando-se, para a **Ação 1473**, o valor de R\$ 13,3 milhões, no exercício financeiro de 2023, para revisão e elaboração da Planta Genérica de Valores, sendo R\$ 1,5 milhões para recadastramento imobiliário por aerofotometria e R\$ 11,8 milhões (R\$ 2,8 milhões para 2024). Em complementação, o Secretário de Finanças, **Artur Costa Santos**, disse que, além do que foi exposto, a Secretaria de Obras – SEMOB – está revisando os procedimentos de cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - bem como haverá licitações visando a digitalização dos processos de cobrança pela Secretaria de Finanças – SEMFI.

[Handwritten signatures and marks]



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

18

3) No **Programa 28** – Gestão Eficiente de Resíduos Sólidos a **Ação 2324** teve dotação alterada, de R\$ 91 milhões em 2022 para R\$ 128 milhões em 2023. A variação de R\$ 37 milhões é inferior ao crédito adicional suplementar de R\$ 50 milhões aprovado para 2022. Será suficiente? Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente – SEDEMA**, através do servidor **Reinaldo Rabelo Filho**, representando o titular da pasta, no sentido de que no exercício financeiro de 2022 houveram muitas contrapartidas, mas que, no ano de 2023, o volume de recursos de 23 milhões de reais será suficiente, haja vista que alguns projetos foram enviados à Empresa Ambiental, ficando com saldo de 37 milhões de reais para as demais ações da secretaria.

4) A Meta Financeira do **Programa 40** – “Iluminação Pública Eficiente”, de R\$ 49 milhões, depende da aprovação ao Projeto de Lei nº 187/2022, que tramita nesta Casa Legislativa, que também revogará a Lei 9.763/2022? Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Finanças - SEMFI**: Sim, pois dos R\$ 49 milhões, R\$ 25 milhões dependerão da aprovação do Projeto de Lei nº 187/2022. Em complementação, o Secretário de Obras, **Paulo Sérgio Ferreira da Silva**, comentou sobre a adesão do Município de Piracicaba ao programa estadual “*Desevolve São Paulo*” para melhorias na iluminação pública, com a colocação de lâmpadas “LED”, visando a eficiência energética, uma vez que se trata de um investimento com retorno positivo financeiramente.

5) Em meio ao cenário exposto de elevação inflacionária, revisão baixista no crescimento do PIB do país e elevação da taxa de juros, a previsão de transferências de recursos (tão significativas), a exemplo do Fundo de Participação do Município (**FPM**), está sob risco? Ou já sofreu algum tipo de viés negativo na projeção? Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Finanças - SEMFI**: As receitas ainda não sofreram viés negativo, pois a inflação alta aumenta significativamente as estimativas. O baixo crescimento real do PIB foi considerado com viés negativo. A taxa de juros terá uma pequena queda de 2022 para 2023, afetando principalmente os rendimentos dos ativos. Dos fatores legislativos, não foi considerado nas projeções um eventual Projeto de Lei Federal que aumenta a faixa do impostos de renda, pois ainda não há um consenso se realmente o haverá no Congresso Nacional, sendo que todas essas considerações foram juntadas e consolidadas no Anexo de Riscos da LDO – Discrepância nas Projeções e Frustrações de Arrecadação. Em complementação, o Secretário de Finanças, **Artur Costa Santos**, disse que as últimas avaliações mostram que a receita está com menos variação, mas está sendo acompanhada semanalmente o seu comportamento.

6) Nesta audiência pública, a exposição das compensações ao quadro de Renúncia de Receitas ficaram bem objetivas, demonstrando, como a lei possibilita, que todas já foram deduzidas. Será mantida e aperfeiçoada esta outra forma de apresentação, como foi sugerido pela Comissão de Finanças? Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Finanças - SEMFI**: Será mantida desta maneira e aperfeiçoada se necessário. Caso apareçam renúncias de receitas que necessitem de medidas de compensação (não previstas na LDO), elas serão encaixadas com o devido mecanismo de compensação igual ao anteriormente feito.

119
g

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

19

QUESITOS SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LOA/2023

1) Apresentar destinações, condições esperadas e viabilidade das operações que formam o montante previsto de **R\$ 78 milhões** em Operações de Crédito a serem tomadas. **Resposta da Secretaria de Finanças - SEMFI:** para Iluminação Pública – R\$ 25 milhões – SEMOB; para Projeto de Ciclovias e Ciclofaixas – R\$ 5,5 milhões – SEMUTTRAN; para Projeto de Recuperação da ETA Capim Fino – R\$ 23 milhões – SEMAE; e para Projeto Recuperação da Rede – R\$ 25 milhões – SEMAE.

2) Em meio ao crescimento orçamentário generalizado entre as secretarias municipais se percebe que ligeiras reduções de peso em grandes áreas que entregam serviços de maneira direta à população, como Educação e Saúde, abriram espaço para crescimento de áreas de entregas indiretas, como Secretarias de Governo, Administração e Finanças, que são muito importantes, mas estão menos próximas das necessidades imediatas dos cidadãos. De que formas essa movimentação pode beneficiar o munícipe? (Slide 20). Discorrer sobre o tema. **Resposta da Secretaria de Finanças - SEMFI:** Está previsto a implantação de projetos importantes de modernização administrativa que beneficia de forma direta o contribuinte, como o Projeto Piracicaba sem Papel, Cartão Cidadão e a modernização da nova Lei de Licitações, que visam a integração digital entre as secretarias, aumentando a disponibilização de serviços *online* com menos custos e burocracia para o cidadão. Além de melhor atender aos munícipes, a Prefeitura e seus órgãos estão obrigados a fazer as prestações de contas nas plataformas digitais de outras esferas de governo.

3) A aplicação prevista de 25,03% de Receita de Impostos em Educação não estabelece margem muito justa para a obrigação, ao considerar eventuais glosas de Tribunal de Contas? Discorrer sobre a questão. **Resposta da Secretaria de Educação - SME:** Quanto à aplicação prevista de 25,03%, proveniente de Receitas de Impostos e Transferências para a Educação, será observada a previsão de receita, com acompanhamento mensal e em parceria com a Secretaria de Finanças, verificando sua evolução para os devidos ajustes, seja por contingenciamento ou suplementação, quando necessário. Destaque-se, ainda, que as secretarias têm feito um amplo trabalho de acompanhamento dos gastos que efetivamente são considerados na aplicação do ensino, evitando as glosas do Tribunal de Contas.

4) Discorrer sobre a aplicação mínima em Educação ainda não atingida. **Resposta da Secretaria de Educação - SME:** Os valores remanescentes da não aplicação nos anos de 2020 e 2021 serão aplicados nas ações e políticas de educação integral.

5) Detalhar os períodos dos reajustes gerais anuais do funcionalismo de 2023 e 2024 e o saldo do acordo coletivo. Discorrer sobre a matéria. **Resposta da Secretaria de Finanças - SEMFI:** O calendário das reposições ficou sendo para Março/2022 a Correção Comum dos Índices acumulados em 12 meses, totalizando 10,56%, acrescido em Julho/2022 da Correção de 3,17%; em Março/2023 a Correção Comum dos Índices acumulados em 12 meses, a ser apurado na ocasião, acrescido em Julho/2023 da Correção de 3,17%; em Março/2024 a Correção Comum dos Índices acumulados em 12 meses, a ser apurado na ocasião, acrescido também em Março/2023 da Correção de 3,17%.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

20

6) Explicar as mudanças previstas que elevarão o peso da Secretaria de Obras no Orçamento, de 3,10% em 2022 para 4,29% em 2023. Discorrer sobre o tema. **Resposta da Secretaria de Obras - SEMOB:** O acréscimo deu-se em função do aumento das ações nº 1256 (Drenagem de águas pluviais - 167,06%); nº 1258 (Recuperação e construção de obras de artes especiais - 300,00%); nº 2261 (Conservação, manutenção e controle de obras públicas - 841,22%); nº 2262 (Recapamento asfáltico - 69,92%); nº 2263 (Recuperação e manutenção das vias públicas pavimentadas - 66,67%); nº 2582 (Ações de zeladoria do município - Nova Ação); e nº 2250 (Manutenção, adequação, extensão e modernização da iluminação pública - 2.164,96% - Projeto de Iluminação Pública). Em complementação, o Secretário de Obras, **Paulo Sérgio Ferreira da Silva**, disse que em várias obras está havendo uma redução média de valores da ordem de 20% a 30%, porém, numa determinada obra na Avenida Prof. Alberto Vollet Sachs, perto do Supermercado Savegnago, existe um processo judicial em andamento, cujo valor é de cerca de R\$ 6 milhões; assim como, R\$ 2 milhões para início de outras obras que pode detalhar e enviar à Câmara de Vereadores posteriormente.

Dando sequência aos trabalhos desta audiência pública, o vereador André Gustavo Bandeira, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, abriu a palavra aos vereadores presentes, ocasião em que o vereador Gilmar Rotta, Presidente da Câmara Municipal de Piracicaba, solicitou os seguintes esclarecimentos: 1) sobre os recursos da ordem de R\$ 9 milhões para drenagem, quais as áreas da cidade serão contempladas; 2) sobre os recursos da ordem de R\$ 25 milhões, quais são as obras e unidades abrangidas com esse investimento; e 3) pavimentação asfáltica na Estrada Rosa Francelina de Abreu, em Anhumas. Em resposta, o Secretário de Obras, Paulo Sérgio Ferreira da Silva, disse que o valor de R\$ 9 milhões será direcionado para obras no Distrito de Anhumas, em especial na pavimentação asfáltica da Estrada Rosa Francelina de Abreu, assim como, para o cumprimento de demandas na avenida Prof. Alberto Vollet Sachs. Em complementação, o Presidente do SEMAE, Maurício André Marques de Oliveira, esclareceu que o valor de R\$ 25 milhões, advindos pela adesão ao programa "Desenvolve São Paulo", do Governo Estadual, será aplicado na recuperação da rede de água da região central da cidade e na conclusão de obras na Estação de Tratamento de Água no bairro Capim Fino, ampliando a produção de água para abastecimento público. O presidente da autarquia, Maurício André Marques de Oliveira, disse também que a municipalidade está finalizando algumas obras feitas através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/Governo Federal), citando, ainda, que estão sendo planejadas outras obras no Distrito de Ibitiruna. Em seguida, o vereador Thiago Augusto Ribeiro questionou como foi projetado o orçamento do SEMAE. Em resposta, o Secretário de Finanças, Artur Costa Santos, juntamente com o Presidente do SEMAE, Maurício André Marques de Oliveira, informaram que o orçamento do SEMAE está composto principalmente por receitas de operações de créditos e das tarifas de água e esgoto a serem reajustadas. Ato contínuo, manifestou-se o vereador José Everaldo Borges que destacou os investimentos na Educação, principalmente no ensino em período integral, citando, ainda, as obras e serviços para iluminação pública, a ampliação do abastecimento de água pelo SEMAE e os investimentos do setor privado com o crescimento de empresas locais ou outras que podem se instalar em Piracicaba. Na sequência dos trabalhos, a vereadora Ana Lúcia Batista Pavão, juntamente com o vereador André Gustavo Bandeira,



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

21

indagaram sobre eventuais falta de água em diversos pontos da cidade e os problemas com mobilidade urbana no Bairro Campestre, especialmente na Avenida Laranjal Paulista, onde está prevista a implantação de um supermercado, despertando preocupação da população com o trânsito nesse local. Em resposta, a Secretária de Trânsito e Transporte, Jane Franco Oliveira, mencionou que já havia informado à Câmara Municipal que o trecho onde se localiza a rotatória de entrada e saída do Bairro Campestre e adjacências é de jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), estando sob a responsabilidade da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) o contrato com a "Concessionária AB Colinas", que abrange a Rodovia Cornélio Pires, onde se encontra o ponto em questão, não dependendo somente da Secretaria de Trânsito e Transportes (SEMUTTRAN) a solução desta problemática. Complementando o assunto sobre o impacto do fluxo de veículos na Avenida Laranjal Paulista, no Bairro Campestre, o Secretário de Obras (SEMOB), Paulo Sérgio Ferreira da Silva, disse que existe um estudo de viabilidade para as rotatórias da cidade de Piracicaba e que sua pasta pode colaborar com o tema em discussão, sendo apartado pela Secretária de Trânsito e Transporte, Jane Franco Oliveira, que se comprometeu em enviar à Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) qualquer projeto viário que venha ser realizado pela SEMOB. No tocante ao abastecimento de água no Bairro Campestre, o Presidente do SEMAE, Maurício André Marques de Oliveira, mencionou a previsão de instalação de duas obras nesta região, bem como, a ampliação da casa de bombas da Rua Marechal Deodoro e da caixa d'água da Paulicéia, aumentando a capacidade de fornecimento de água em alguns pontos da cidade. Na sequência dos trabalhos, a vereadora Sílvia Maria Morales elogiou o novo modelo de realização das audiências públicas e da apresentação das matérias orçamentárias, indagando, em seguida, sobre: 1) ações, programas e a forma de desembolso do valor de 300 mil reais constante do Fundo da Cultura, e 2) construção de centros culturais e os recursos para esse fim. Em resposta, o Secretário de Esportes, Lazer e Atividades Motoras, atualmente titular interino da pasta da Ação Cultural, Hermes Ferreira Balbino, disse que o detalhamento orçamentário da área cultural foi organizado pela Secretaria de Finanças, sendo de seu conhecimento que alguns projetos estão mantidos, outros foram ampliados, assim como existe a previsão de novos investimentos na movimentação cultural, de acordo com as peculiaridades da cidade de Piracicaba, agrupadas em editais para atender as demandas do setor cultural. Sobre as possíveis construções de centros culturais, Hermes Ferreira Balbino esclareceu que estão sendo avaliados onde melhor se enquadram os espaços multiusos planejados pela Prefeitura, iniciando no Jardim Gilda e se expandindo para outros locais que beneficiem a população e as famílias de um modo geral. Em seguida, o relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Acácio Geraldo de Souza Godoy, indagou sobre os problemas de abastecimento de água na região dos bairros Nova Suíça e Monte Azul, sendo respondido pelo Presidente do SEMAE, Maurício André Marques de Oliveira, que até o mês de março de 2023 serão concluídas as obras que irão sanar os problemas nessas duas localidades, assim como, já existe um planejamento para diminuição de perdas d'água e fraudes no abastecimento público. O vereador Acácio Godoy questionou também sobre a possibilidade da execução de pavimentação asfáltica na rua Papa João Paulo II, oportunidade em que o Secretário de Obras, Paulo Sérgio Ferreira da Silva, respondeu que tem previsão orçamentária para esse serviço, lembrando, ainda, que existe um pedido direcionado ao Governo do Estado (Emenda Parlamentar) para o recebimento de recursos para



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

22

pavimentação asfáltica e drenagem na referida via pública e, se não forem repassados os valores, os serviços serão executados com recursos do tesouro municipal. Ato contínuo, o relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Acácio Godoy, destacou que houve uma melhoria significativa na qualidade da apresentação dos valores relativo às renúncias de receitas, mas deixou registrado, por conseguinte, outras situações que merecem uma maior atenção do Poder Público, como por exemplo: 1) a Secretaria de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA) poderia adotar o volume de varrição por quilômetros (Km) e a coleta de resíduos domiciliar por toneladas (T), aperfeiçoando as unidades de medida dos serviços contratados; 2) haja vista que existem recursos suficientes para atender algumas demandas sociais, qual a razão de se esperar uma organização mais equilibrada; 3) porque suprimir o dispositivo legal que fixa o limite para as contrapartidas se é possível aumentar o percentual e deixar mais flexível a participação da municipalidade em contratações que exijam compensações financeiras. Sobre os temas dissertados pelo vereador Acácio Godoy, o Líder de Governo, vereador José Everaldo Borges, disse que houve aumento da frequência varrição usual e da mecanizada. Ato contínuo, o vereador Acácio Godoy esclareceu que a abordagem foi no sentido de melhor as unidades de medidas dos serviços contratados pela Secretaria de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA). Na sequência, entrando à **FASE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR**, não houve nenhuma manifestação do público presencial e nem dos cidadãos que acompanharam a audiência pública pelos meios de comunicação social à distância. Passando para as considerações finais, o Secretário de Finanças, Artur Costa Santos, agradeceu a oportunidade de fazer a apresentação das peças orçamentárias e prestar os devidos esclarecimentos. Na sequência, o vereador André Gustavo Bandeira, presidente dos trabalhos, agradeceu os representantes da Secretaria de Finanças por acolher o pedido da Comissão de Finanças e Orçamento no sentido de relacionar as renúncias de receitas com mais qualidade na apresentação dos projetos orçamentários, ressaltando, no caso da Secretaria de Defesa do Meio Ambiente (SEDEMA), a preocupação quanto ao cumprimento do que foi planejado para o ano de 2023. Partindo para os encaminhamentos da audiência pública, foram pontuadas as seguintes questões: 1) que a Câmara Municipal deve disponibilizar a ata e todos os demais documentos referentes à esta audiência pública para a consulta da população, bem como vistas aos órgãos públicos e remessas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando solicitados; 2) reafirmar o compromisso da Comissão de Finanças e Orçamento em dar transparência à aplicação dos recursos públicos dentro do planejamento proposto para o ano de 2023, em todos os seus programas, metas e ações especificadas em cada organismo da administração direta e indireta; 3) que a Câmara deve fiscalizar, através da Comissão de Finanças, demais vereadores e órgãos internos e externos, a execução orçamentária anual para que os serviços públicos sejam prestados com a qualidade e a eficiência esperadas. Em nome da Comissão de Finanças e Orçamento, com o aval dos demais membros, o vereador André Gustavo Bandeira fez as seguintes recomendações ao Chefe do Executivo: 1) inserir, na LDO/2023 (atualizada) e na LOA/2023 (a ser votada), um percentual de até 50% na proporção das CONTRAPARTIDAS do Município na adesão a programas e convênios de outras esferas, não deixando de maneira ilimitada, conforme foi apontado nesta audiência pública; 2) viabilizar que a AÇÃO "324 – Administração e Melhoria do Sistema de Limpeza Pública" (PROGRAMA 28) tenha meta física expressa em quilômetros (Km) para varrição e em toneladas (T) para coleta de resíduos sólidos, principalmente os domiciliares, cujo tema

123
9

[Handwritten signatures]



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo

23

foi abordado em reunião com representantes das Secretarias de Finanças e de Defesa do Meio Ambiente na ocasião da discussão do Projeto de Lei nº 194/22, que abriu crédito adicional suplementar no orçamento de 2022 (da SEDEMA) para a cobertura financeira da prestação dos referidos serviços públicos colocados à disposição da população piracicabana. Nada mais havendo a ser discutido ou quem quisesse se manifestar, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador André Gustavo Bandeira, agradeceu todos os presentes, as equipes técnicas da Prefeitura e da Câmara, destacou a importância da transparência e o papel institucional do Poder Legislativo, declarando encerrada a presente audiência pública às dezesseis horas e trinta e oito minutos. Eu, Gerson Bocatto (Gerson Bocatto), Agente Legislativo II, redigi a presente Ata que será lida, revisada e assinada pelos membros da Comissão de Finanças e Orçamento, se conforme estiver.


André Gustavo Bandeira

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento


Acácio Geraldo de Souza Godoy

Relator da Comissão de Finanças e Orçamento